

## Autoridades terão declarações de renda acompanhadas pela Receita

Projeto do senador Pedro Simon, aprovado ontem pelo plenário e enviado à Câmara, prevê revisão obrigatória dos rendimentos indicados por detentores de cargos eletivos, dirigentes partidários e ocupantes de cargos de confiança

### CAS

#### CLT poderá ter adicional por tempo de serviço

Os empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderão receber adicional por tempo de serviço, à proporção de 1% ao ano. A proposta recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais e já foi aprovada pela Câmara.

PÁGINA 6

Os parlamentares também aprovaram créditos suplementares para os ministérios da Saúde e da Previdência

#### Congresso analisa vetos presidenciais

PÁGINA 4



A Secretaria da Receita Federal deverá, segundo projeto do senador Pedro Simon aprovado ontem em plenário, promover revisão obrigatória nas declarações de Imposto de Renda de detentores de cargos eletivos, dirigentes partidários e ocupantes de cargos de confiança no Poder Executivo. Os rendimentos declarados serão comparados com eventuais sinais exteriores de riqueza. O projeto será agora apreciado pela Câmara.

PÁGINA 3

#### Dívidas dos municípios em pauta no plenário

PÁGINA 5

### COLEÇÃO TRAZ 20 DISCURSOS DE PARLAMENTARES DE 1961 A 1999

O Senado promoveu ontem o lançamento do segundo volume da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, apresentada em CD e em versão impressa. Estão contidos no novo volume 20 pronunciamentos de senadores e deputados, realizados no período de 1961 a 1999.

PÁGINA 5



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse esperar que a coleção estimule os jovens à prática da democracia

## Líderes dos partidos indicam PSDB para o cargo

Líderes de seis partidos com assento nas duas Casas do Congresso enviaram ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), comunicado em que indicam o PSDB para relatar o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para 2000/2003. A deliberação dos líderes do PFL, PSDB, PDT, PT, PPB e PTB foi adotada em reunião realizada na terça-feira.

Segundo o comunicado, a indicação de um membro do PSDB decorreu de interpretação dos líderes à Resolução nº 2/95 do Congresso, que dispõe sobre a Comissão Mista de Orçamento. Conforme o artigo 9º da resolução, "compete ao presidente da comissão designar, de acordo com a indicação das lideranças partidárias e observado o critério da proporcionalidade, o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual, o relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e o relator do projeto de lei do plano plurianual".

— Não nos move qualquer restrição partidária ou pessoal a quem quer que seja, ao contrário, o que defendemos em benefício da própria proporcionalidade de composição da comissão é que seja acatada a decisão das lideranças que representam ampla maioria das Casas — afirma o comunicado.

Os líderes alertam para a possível inviabilização do funcionamento da comissão, caso Mestrinho não siga a indicação, lembrando que ele foi eleito com o apoio de todos os partidos, com base nos mesmos critérios.

## PPA é tema da TV Senado

A distribuição dos recursos orçamentários do Plano Plurianual, anunciada recentemente pelo governo, recebeu críticas do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e do presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas, no programa *Debate da TV Senado*, que vai ao ar hoje, às 21h30. Para o senador, a destinação de 9,7% do total dos recursos orçamentários para a região Centro-Oeste é insuficiente.

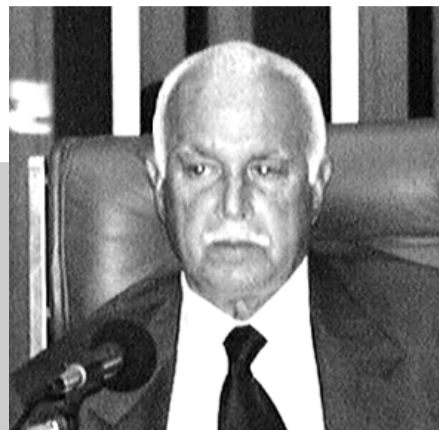
# ACM: Mestrinho não pode ignorar lideranças partidárias

Presidente do Senado critica decisão de presidente da Comissão Mista de Orçamento de manter nomeação de Jader Barbalho como relator

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o senador Gilberto Mestrinho, presidente da Comissão Mista de Orçamento, "não teve habilidade" para encaminhar a questão da relatoria do Plano Plurianual (PPA), "e não tem competência para ferir a resolução tomada pelos líderes partidários":

— O senador Gilberto Mestrinho está com uma falsa coragem. Ele não vai presidir a comissão se não tiver os membros — afirmou mais tarde Antonio Carlos, ao saber que Mestrinho havia dito à imprensa que não volta atrás da decisão de nomear o senador Jader Barbalho (PA), do PMDB, em lugar de um parlamentar do PSDB, conforme desejam os líderes.

Para o presidente do Senado, a atitude de Mestrinho caracteriza "uma afronta aos líderes", pois estes estão



Antonio Carlos: líderes estão respaldados por resolução do Congresso Nacional sobre o assunto

respaldados pelo artigo 9º da Resolução nº 2/95 do Congresso Nacional, que dispõe sobre o funcionamento da Co-

missão de Orçamento:

— Eu sigo a vontade dos líderes — enfatizou.

Em reunião realizada na terça-feira, no gabinete do presidente do Congresso, as lideranças partidárias da Câmara e do Senado haviam decidido adotar o critério de rodízio e proporcionalidade das bancadas para definir a indicação do relator do PPA, que seria um deputado do PSDB. A liderança do PMDB discordou, entendendo que lhe caberia o posto, e Mestrinho (PMDB-AM) indicou Jader Barbalho:

— Acredito que prevalecerá a indicação dos líderes que comandam as bancadas majoritárias. A decisão é dos líderes e eles vão tratar do assunto — afirmou Antonio Carlos.

## Jader diz que relatoria é direito do PMDB

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), voltou a defender ontem o direito de seu partido à relatoria do Plano Plurianual (PPA) de 2000/2003, enviado ao Congresso Nacional no final do mês passado. Para Jader, a sua nomeação para a relatoria não deve ser encarada como um embate entre os partidos, mas um direito do PMDB:

— Nós estamos apenas reivindicando um direito, mais nada. Quando se reivindica um direito não se atropela ninguém, nem se pede favor. Não é uma questão pessoal, nós não estamos absolutamente ferindo ninguém — esclareceu o senador.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), garantiu que a nomeação do líder do PMDB para a relatoria do PPA é legítima e está amparada no Regimento Comum do Congresso. Segundo Mestrinho, não há nada no Regimento impedindo que o presidente da Comissão Mista de Orçamento e o relator do PPA sejam do mesmo partido:

— Eu obedeci o Regimento e a Resolução nº 2, que mandam observar a alter-



Jader Barbalho: "Não é uma questão pessoal, não estamos ferindo absolutamente ninguém"

nância do cargo. Se o relator do PPA anterior foi um deputado, agora deve ser um senador. E pelo critério da proporcionalidade, como o partido majoritário é o PMDB, o candidato indicado pelo partido foi o senador Jader Barbalho. Por isso eu o nomeei — justificou.

O PPA, chamado pelo governo de *Avança, Brasil*, prevê que serão gastos do ano 2000 ao 2003 exatos R\$ 1,113 trilhão. O Plano Plurianual trabalha com projetos que exigem parceria com os estados, municípios, empresas estatais e setor privado para bancar a execução de 365 programas. Assim, o do-



Gilberto Mestrinho: "Eu obedeci o Regimento Comum e a Resolução nº 2"

cumento prevê a utilização, nos quatro anos, de R\$ 32,2 bilhões dos fundos constitucionais (aplicações obrigatórios nos estados) e conta ainda com R\$ 9,9 bilhões de renúncia fiscal.

As maiores aplicações do PPA se darão no desenvolvimento social (R\$ 585 bilhões, ou 59% do total), seguidas de infra-estrutura econômica (R\$ 212 bilhões), setor produtivo (R\$ 134 bilhões) e informação e conhecimento (R\$ 15,5 bilhões), de acordo com o texto apresentado ao Congresso. Setores como meio ambiente e Justiça receberão respectivamente R\$ 3,3 bilhões e R\$ 4 bilhões.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

11h - Preside sessão deliberativa ordinária  
15h30 - Recebe Robert Gabriel Mugabe, presidente da República do Zimbábue

### PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Projeto de Resolução nº 89/99, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas pela União; \*PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; \*Requerimento nº 450/99, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 37/99 com o PLS nº 36/99, por versarem sobre fundos e programas de apoio à cultura; \*Requerimento nº 475/99, do senador Tião Viana, solicitando a retirada em caráter definitivo do PLS nº 283/99, de sua autoria, que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença; e \*Requerimento nº 478/99, do senador Bello Parga, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 321 e 519, de 1999, por versarem sobre a destinação de recursos para o Distrito Federal.

### COMISSÕES

9h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: \*PL nº 11, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187,5 milhões; \*PL nº 12/99, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de R\$ 1,1 milhão; \*Requerimento do deputado Sérgio Miranda, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção extraordinária para verificar o cumprimento dos mandamentos expressos nos artigos 74 e 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos das emendas constitucionais nºs 12/96 e 22/99, bem como o atendimento das determinações emanadas da Decisão nº 620/98, do Plenário do Tribunal, quanto à integral adequação no uso dos recursos da CPMF; \*PL nº 14/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 4,2 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; \*PL 16/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 36,9 milhões, para reforço de dotações constantes do vigente orçamento; e \*Diversos nº 2/99-CN, relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*  
10h - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 15*  
14h - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza  
Pauta: Exposição do professor Cristovam Buarque e de Arly de Lara Romeu, secretário de Assistência Social do município de Campinas (SP). *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Aprovado voto de pesar pela morte de Abreu Sodré

O Senado aprovou ontem requerimento do presidente Antonio Carlos Magalhães para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré. O Senado enviará condolências à família, ao estado de São Paulo e à Chancelaria brasileira.

Para ACM, a trajetória de Abreu Sodré foi pautada por atos que honram e dignificam o homem público. "Sua atuação na Câmara dos Deputados, por três legislaturas consecutivas, foi pontilhada por trabalho profícuo que lhe valeu a eleição para o governo de São Paulo. No cargo, estabeleceu como metas o apoio à educação e à saúde, bem como a defesa intransigente da livre empresa."

Antonio Carlos ressaltou, ainda, os quatro anos de Abreu Sodré como ministro das Relações Exteriores, quando presidiu a Assembléia da Organização das Nações Unidas. "Afastado das atividades políticas, não se retirou das atividades assistenciais e culturais do país, em especial exercendo a presidência do Conselho do Museu de Arte de São Paulo, Assis Chateaubriand."

O senador José Sarney (PMDB-AP) também apresentou requerimento de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento de Abreu Sodré, que foi Chanceler quando ele exercia a Presidência da República. Antonio Carlos designou Sarney para comparecer ao velório como representante do Senado.

## Renovadas as concessões de duas rádios

O Senado aprovou ontem dois projetos renovando a concessão outorgada às emissoras Rádio Sant'ana de Tianguá (CE), em onda média, e a Rádio Alvorada de Londrina (Fundação Mater et Magistra) para explorar serviços, também em onda média, na cidade de Londrina (PR).

## Senado saúda Dia Mundial da Alimentação

O tempo reservado aos oradores, durante a sessão plenária do dia 19 de outubro, será destinado a saudar o Dia Mundial da Alimentação, comemorado em 16 de outubro. A iniciativa, aprovada pelo plenário ontem, foi dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Marina Silva (PT-AC), que, no entanto, propuseram datas distintas para a comemoração. Aprovados os requerimentos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fixou a data da homenagem a ser prestada pelo Senado.

# Projeto manda Receita investigar declarações anuais dos políticos

Plenário do Senado aprova proposta de Pedro Simon determinando revisão obrigatória no Imposto de Renda de quem é detentor de mandato eletivo ou cargo público

O plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que anualmente a Secretaria da Receita Federal fará uma revisão obrigatória nas declarações do Imposto de Renda dos detentores de cargos eletivos nos âmbitos federal, estadual e municipal. O projeto ainda será votado pela Câmara. Pelo texto aprovado, a Receita deverá comparar essas declarações com os sinais exteriores de riqueza de seus titulares.

A proposta também estabelece que a mesma revisão seja feita nas declarações de dirigentes partidários, ministros e secretários de Estado, presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União, estados, DF e municípios. E quando da eleição ou indicação para o cargo, a autoridade terá sua declaração de renda submetida a revisão e

comparação com as apresentadas nos dois anos anteriores.

Essa mesma análise será feita nos dois anos posteriores ao término do mandato ou do exercício do cargo. Emenda do senador Gerson Camata (PMDB-ES) incluiu no texto a obrigação de esses ocupantes de cargos e funções públicas assinarem, no ato da posse, documento abrindo mão do direito constitucional ao sigilo bancário. O texto aprovado ainda estabelece que, na análise dos extratos e movimentos de contas bancárias, a Secretaria da Receita Federal poderá adotar as medidas legais cabíveis, quando necessárias.

Em defesa do seu projeto, o sena-



Simon acha que sua proposta também deve ser estendida aos integrantes do Judiciário

dor Pedro Simon disse que esse é o início de uma campanha destinada a acabar com a impunidade e a se-

parar o joio do trigo. Ele disse acatar com boa vontade as idéias que tentam melhorar o projeto e incluir integrantes do Judiciário na exigência de terem suas declarações de renda anualmente revisadas. "Eu acho que devemos discutir, mas nada melhor que começar por nós, para termos a autoridade de cobrar dos outros", afirmou.

Simon lembrou que, nos Estados Unidos, pátria do capitalismo, todo cheque superior a US\$ 10 mil vai direto para a câmara de compensação, a fim de que o poder público saiba quem o emitiu e a quem se destina. Na opinião do parlamentar, a Receita Federal brasileira já devia ter o direito de fiscalizar os sinais exteriores de riqueza. Simon também mostrou-se preocupado com o destino desse projeto na Câmara, receoso de que ele não seja votado logo.

## Sigilo bancário pode ser de domínio público

Autor de uma emenda determinando que os ocupantes de cargos e funções públicas abram mão, no ato de sua posse, do direito constitucional ao sigilo bancário, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) resumiu o projeto como uma exposição à sociedade da vida financeira de todo aquele que detém um cargo eletivo ou função de direção. Ele explicou que a emenda prevendo dispensa do direito ao sigilo bancário elimina qualquer possibilidade de o projeto ser chamado de inconstitucional.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou que de um homem público se exigem muitas responsabilidades, sendo a maior delas a de dar à sociedade o exemplo do respeito aos valores da moral e da ética. Referindo-se à Colômbia e à Rússia, que vivem grave crise institucional, o senador observou o quanto é importante aprovar-se um projeto concernente ao respeito pela sociedade. Também pregou a necessidade de uma pressão legítima para que a Câmara examine logo o projeto.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) se disse muito feliz por votar a matéria. Informou que, ao chegar no Senado, pensou em apresentar projeto semelhante, até por já ter realizado esforços nesse sentido quando era deputada estadual. Ela



Camata: exposição à sociedade da vida financeira de quem ocupa cargo público

saudou os senadores Gerson Camata e Roberto Freire (PPS-PE), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, pelo feito.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apontou a falta de memória dos senadores para afirmar que um projeto bem mais amplo que esse, que enquadrava na quebra de sigilo bancário todos os dirigentes públicos, já foi aprovado pelo plenário e enviado à Câmara. "Por esse projeto atual, quem vende licença para bingo jamais será alcançado, e nós ainda estamos confinando o exame da imoralidade ao Parlamento", observou ele. Requião também afirmou que, como acredita que os parlamentares não devem ter segredo, reproduziu em sua página na Internet sua declaração de Imposto

de Renda.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou não ter sido o autor de projeto tão relevante, mas observou o quanto era importante o Senado averiguar se realmente já aprovava iniciativa semelhante e mais abrangente. "Senão, estaremos chovendo no molhado, deliberando sobre o que já foi deliberado", explicou ele.

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu então que o plenário era soberano para deliberar a respeito do assunto, mas considerava importante ouvir-se primeiro o relator da matéria na CCJ.

Roberto Freire explicou que eram projetos completamente distintos, visto que, enquanto o outro quebra o sigilo de todos os dirigentes públicos, o que estava em votação estabelece uma revisão anual nas declarações de renda dessas autoridades, assim como uma comparação com os seus sinais exteriores de riqueza. Freire também afirmou que a iniciativa tem raiz em todo o debate que originou-se no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. "O projeto é moralizador, mas com o propósito de dar o exemplo, não o de ser vestal", esclareceu.

Antes de submeter a matéria a votação, o presidente do Senado disse que a discussão servia de instrumento de pressão, a fim de que a Câmara se pronuncie mais rapidamente sobre o projeto que se encontra naquela Casa. Também disse que, se os deputados quiserem, poderão juntar as duas proposições.



Maguito Vilela

## Comissão da Pobreza tem audiência pública hoje

A Comissão Mista para o Combate à Pobreza tem audiência pública hoje, às 14h, com o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e o secretário de Assistência Social de Campinas (SP), Arly de Lara Romeu, que farão exposição sobre propostas para erradicação da pobreza. Na reunião deverão ser apresentadas aos parlamentares experiências de programas de garantia de renda mínima.

Seguindo sugestão da senadora Marina Silva (PT-AC), até o final dos trabalhos da comissão, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), deverão ser analisados 54 projetos de lei sobre o assunto em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado. Será feito ainda um roteiro de viagens aos bolsões de pobreza do país.

# Congresso aprecia vetos presidenciais a 54 projetos

Na mesma sessão, senadores e deputados aprovaram créditos suplementares de dois ministérios e a destinação de recursos para a construção de uma adutora no Rio Grande do Norte e de um terminal de minério no Porto de Sepetiba (RJ)

Senadores e deputados apreciaram, na sessão de ontem do Congresso Nacional, vetos presidenciais a 54 projetos de lei. Cada parlamentar registrou seu voto – sim, não ou abstenção – em cédula única, para cada item vetado pelo presidente da República.

Seis projetos – um com veto total e outros cinco parciais – foram retirados de pauta, assim como nove itens vetados do Código de Trânsito Brasileiro. Quando do fechamento desta edição continuava a apuração dos votos pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Mesmo com a retirada desses projetos, os parlamentares tiveram de se posicionar sobre 299 tópicos, de uma só vez. As cédulas – que, sem os itens retirados, continham 358 votos – foram em urnas espalhadas pelo plenário da Câmara dos Deputados. Somente o Código de Trânsito teve 127 itens vetados, dos quais 118 foram votados. Os pontos não apreciados constarão da pauta da próxima sessão do Congresso, no dia 22.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que a orientação do governo era manter todos os vetos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que a votação não deveria apresentar surpresas, uma vez que a própria sistemática de votação, com a cédula única, favorecia, pela inércia, a manutenção do veto.

Na mesma sessão, em pauta extra, o Congresso Nacional aprovou a destinação de R\$ 5 milhões para a construção da Adutora de Trairi (RN) e outros R\$ 29,8 milhões para a construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Sepetiba (RJ).

Também foram aprovados créditos suplementares para o Ministério da Saúde (R\$ 50,1 milhões) e para o Ministério da Previdência (R\$ 84,1 milhões), além de crédito especial para o Senado Federal no valor de R\$ 190 mil.

Antes de encerrar a sessão, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, propôs um voto de pesar pelo falecimento do ex-governador de São Paulo Abreu Sodré, apoiado unanimemente pelos parlamentares.



Um acordo garantiu a retirada de pauta de seis projetos – um com veto total e cinco com vetos parciais –, assim como nove itens vetados do Código de Trânsito Brasileiro

## CCJ aprova maior segurança em voto eletrônico

Com o objetivo de ampliar a segurança e promover maior fiscalização do voto eletrônico, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que permite ao eleitor conferir seu voto. De acordo com o projeto, a urna eletrônica imprimirá o voto em cédula individualizada e será apresentada ao eleitor para que tenha certeza do voto dado.

O projeto tem por objetivo ainda permitir a recontagem dos votos em caso de suspeitas e fraude. É que após



Requião observa que projeto permite a recontagem de votos

a conferência do eleitor o voto impresso será depositado em uma urna convencional.

A proposição estabelece que os votos impressos de pelo menos 3% das urnas eletrônicas serão recontados, mediante processo manual. Para Requião, a proposta, aprovada em caráter terminativo pela CCJ, “visa ao aperfeiçoamento eleitoral brasileiro, combate as fraudes e dá garantias ao eleitor de que ele votou, comprovadamente, em quem quis”.

A proposta, apesar do parecer contrário do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi aprovada após inten-

tos debates que envolveram a maioria dos senadores presentes. A comissão acolheu a iniciativa após o autor do projeto aceitar uma sugestão do senador Bello Parga (PFL-MA) garantindo que o voto impresso seria mantido em sigilo, sem qualquer possibilidade de o eleitor ser identificado.

Para os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto viabiliza a segurança do voto dado e permite que sejam evitadas fraudes nas eleições. Já o senador José Alencar (PMDB-MG), embora reconhecendo o mérito do projeto, levantou dúvidas sobre o processamento técnico da impressão do voto eletrônico e chegou a solicitar a vinda à comissão de um técnico em informática para que fossem esclarecidas as incertezas.

## Partidos poderão inscrever mais candidatos às eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que permite aos partidos políticos registrarem candidatos até o limite de três vezes do total de vagas em disputa nas eleições para deputados federal e estadual e vereador. A proposta integra o conjunto de medidas que compõem a reforma político-partidária. Segundo Sérgio Machado, a ampliação do número de candidatos tem por objetivo compensar a proibição de coligação partidária nas eleições proporcionais.

Atualmente, a legislação eleitoral

permite que cada partido registre candidatos para as eleições proporcionais até 150% do número de vagas a serem preenchidas. Ou seja, se uma Casa legislativa oferecer um total de 24 vagas, os partidos poderão inscrever 36 candidatos. Com o projeto aprovado, esse número aumentaria para 72 candidatos. Caso não haja recurso de pelo menos nove senadores para que vá a plenário, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.



Machado: medida visa compensar o fim das coligações

O senador Roberto Freire (PPS-PE), que votou contra a aprovação do projeto, entende que o aumento do número de candidatos nas eleições proporcionais tem por finalidade beneficiar os partidos majoritários e aqueles que têm mais recursos financeiros. Para ele, a proposta, a exemplo da que proibiu a coligação nas eleições proporcionais, não aprimora a lei eleitoral, “mas limita direitos de cidadania”.

## Compras no exterior ficam mais fáceis

Projeto de resolução que facilita a compra de equipamentos ou a contratação de serviços no exterior por meio de operações de crédito decorrentes de acordos bilaterais ou multilaterais foi aprovado pela CCJ. De autoria do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a proposta foi incluída na pauta da comissão a pedido do senador Romero Jucá (PSDB-RR), por ser matéria de interesse do governo.

A comissão aprovou também projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Três emendas de plenário propostas pela senadora Marina Silva (PT-AC) foram rejeitadas pela CCJ. Duas delas tratavam de procedimentos referentes a ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de projeto de lei da Câmara dos Deputados. A outra era referente a preenchimento de parte dos cargos em comissão na Agência Brasileira de Inteligência.



Quintanilha é autor da proposta acolhida pela CCJ

## Refinanciamento das dívidas municipais vai ao plenário



Osmar Dias é o autor do projeto

O Senado vota hoje projeto de resolução que autoriza os municípios a contratar operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas pela União. Com isso, os municípios não precisariam mais do protocolo de aprovação individual, dado pelo Senado, para cada pedido de operação. O projeto, de Osmar Dias (PSDB-PR), será votado em caráter de urgência.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Luiz Otávio (PPB-PA), o Senado preserva o controle sobre essas operações de crédito por intermédio de relatórios que seriam encaminhados pelo Banco Central aos parlamentares. De acordo com o projeto, ficam excluídos da autorização para operações de crédito novos pedidos de composição, prorrogação das dívidas refinanciadas ou alterações, a qualquer título, das condições de refinanciamento estabelecidas.

Outra matéria a ser votada amanhã pelo plenário do Senado é o projeto de lei da Câmara que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais.

## Comissão de Orçamento discute CPMF

O requerimento do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) que solicita inspeção extraordinária do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação, por parte do governo, dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), segundo os preceitos constitucionais, é um dos assuntos da reunião marcada para hoje, às 9 horas, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deve analisar também projetos de lei que abrem créditos especiais no valor de R\$ 187,5 milhões aos ministérios da Ciência e Tecnologia, Transportes e Meio Ambiente, de até R\$ 1,1 milhão à Companhia Docas do Rio de Janeiro, além de créditos suplementares no valor de R\$ 36,9 milhões ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de R\$ 4,2 milhões em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário.

Também consta da pauta o relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem parecer favorável do deputado Gonzaga Patriota.

# Coleção registra grandes momentos do Congresso

A íntegra de 20 pronunciamentos históricos, feitos entre 1961 e 1999, compõe o volume lançado ontem em CD e em versão impressa pelo presidente do Senado

Manifestando a esperança de que a iniciativa servirá para estimular os jovens à prática da democracia, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem do lançamento do segundo volume da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, apresentada em CD e na versão impressa. Eles trazem a íntegra de 20 pronunciamentos de senadores e deputados, proferidos no período de 1961 a 1999.

Como destacou Antonio Carlos na apresentação da obra, ela "retrata a atuação do Legislativo em momentos cruciais que antecederam e se seguiram a mudanças no sistema de governo e na política brasileira a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros até os dias de hoje, sem pretender esgotá-los".

O volume II traz discursos de José Maria Alkmin, Adauto Cardoso, Almino Affonso, Arthur Virgílio, Márcio Moreira Alves, Petrônio Portella, Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, Marcos Freire, Roberto Campos, Humberto Lucena,



Nelson Carneiro, Afonso Arinos, Ulysses Guimarães, Pedro Simon, Fernando Henrique Cardoso, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Darcy Ribeiro e Josaphat Marinho.

Muitos parlamentares e autoridades estiveram presentes à solenidade, no Salão Azul do Senado, assim como os homenageados Márcio Moreira Alves, Josaphat Marinho, Pedro Simon, Jarbas

Antonio Carlos Magalhães espera que a coleção desperte na população jovem o interesse pela prática da democracia

Passarinho e Almino Affonso. Também compareceram o filho do deputado Ulysses Guimarães, Tito Henrique da Silva Neto; o filho do deputado Arthur Virgílio Neto; o deputado Arthur Virgílio Neto; a esposa do senador Humberto Lucena, Ruth Lucena; e a esposa do senador Nelson Carneiro, Carmen Carneiro.

Segundo a Subsecretaria de Projetos Especiais da Secretaria de Comunicação Social do Senado, que é responsável pela elaboração do trabalho, os dois volumes da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* estão disponíveis no Museu Eletrônico da página do Senado na Internet, endereço: <http://www.senado.gov.br>. A obra está sendo enviada a bibliotecas públicas e jurídicas, fundações educacionais e culturais de todo o país.

## Francelino representa subcomissão em festival de cinema no Rio

A Subcomissão do Cinema Brasileiro, da Comissão de Educação do Senado, aprovou ontem a indicação do nome do seu relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), para representá-la hoje na abertura do Festival Internacional de Cinema - Rio 99. Juntamente com Roberto Saturnino (PSB-RJ), o relator irá participar também de mesa-redonda com representantes das várias áreas do cinema brasileiro e estrangeiro, no próximo dia 23, atendendo a convite da direção daquele festival.

Francelino ressaltou que a subcomissão foi criada para realizar um levantamento criterioso de como está o cinema brasileiro, identificando seus pontos críticos, através do estímulo à discussão e à polêmica, "para buscar conclusões consensuais e, eventualmente, transformá-las em projetos de lei".

A subcomissão também aprovou uma proposta de trabalho apresentada pelo relator, que deverá orientar suas atividades, com destaque para a realização do "Foro Legislativo para o Povo do Cinema".



A Subcomissão do Cinema Brasileiro aprovou ontem a proposta de trabalho apresentada pelo relator

"Começaríamos ouvindo produtores, diretores, distribuidores, exibidores, passando às empresas e empresários investidores, para concluir ouvindo os órgãos e agentes do Poder Executivo, além do ministro da Cultura, o secretário para o Desenvolvimento do Audiovisual e a Secretaria da Receita Federal", informou Francelino, que se comprometeu a apresentar uma lista de nomes na próxima

reunião da subcomissão.

O presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), propôs que o foro legislativo seja realizado na forma de audiências públicas, por blocos temáticos. Ele insistiu na importância de que os exibidores também sejam ouvidos e disse que a subcomissão pode representar um novo momento para o cinema brasileiro.

Por sugestão de Saturnino, o relator solicitará à presidência da Comissão de Educação que todos os projetos que atualmente estão tramitando no Congresso sobre cinema sejam enviados à subcomissão.

Também ficou decidido que as reuniões da Subcomissão do Cinema Brasileiro se realizarão às quintas-feiras, às 9 horas.

## Grupo OK tem 48 horas para apresentar informações a CPI

A comissão parlamentar de inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário resolveu ontem à noite conceder um prazo de 48 horas para que o Grupo OK forneça informações complementares aos dados que já foram encaminhados à CPI. Se até às 17 horas da próxima segunda-feira isso não for feito, será encaminhado ao Banco Central (BC) o pedido de auditoria na empresa.

O presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que a comissão já havia solicitado informações ao Grupo OK, mas os dados recebidos não foram

suficientes, "na opinião de parte dos senadores". Por isso, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou na reunião de ontem um pedido para que o BC fizesse uma auditoria na empresa.

— A CPI deliberou, por maioria de votos, conceder esse prazo para o Grupo OK. Somente depois disso, se as informações não satisfizerem aos senadores, é que o BC será acionado — explicou Tebet.

Depois da reunião, o vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (sem partido-PE), esclareceu que não foi apresentado nenhum requerimento pedindo a quebra de sigilo bancário das empre-

sas do Grupo OK. Ele disse que o que a comissão deseja são as informações relacionadas com as transações entre o Banco OK e a construtora Ikal.

Para Dutra, a decisão da CPI não foi satisfatória. Ele comentou que, se o Banco OK não pertencesse ao senador Luiz Estevão (PMDB-DF), os integrantes da comissão teriam concordado imediatamente com a realização da auditoria.

— Eu já havia apresentado esse mesmo requerimento há um mês, e, na ocasião, atendendo a ponderações de alguns senadores, substituí o pedido de auditoria do Banco Central por uma

solicitação de informações diretamente ao Banco OK. Passaram-se 30 dias e as informações encaminhadas pelo banco não foram suficientes — relatou Dutra.

Outra decisão tomada pela CPI do Judiciário, segundo Carlos Wilson, foi convidar a juíza alagoana Nirvana Melo Viana, titular da comarca de Porto Calvo, a 150 km de Maceió, para detalhar as denúncias que apresentou sobre prostituição infantil no norte de Alagoas e também falar das ameaças de morte que vem sofrendo. Na próxima semana será marcada uma data para ela prestar depoimento.

# CAS aprova adicional por tempo de serviço em empresas

Projeto, que altera a CLT e ainda será votado pelo plenário do Senado, estabelece complemento de 1% sobre o salário do empregado por ano de trabalho prestado ao mesmo empregador da iniciativa privada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria a gratificação de adicional por tempo de serviço para os empregados em geral, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto, que ainda será votado pelo plenário, estabelece o adicional de 1% sobre o salário do empregado por ano de trabalho prestado ao mesmo empregador.

O parecer favorável foi da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e o projeto, de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), já foi aprovado pela Câmara. A matéria recebeu cinco votos contrários na CAS.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), um dos que votaram contrariamente ao projeto, apresentou voto em separado. Para o parlamentar por Rondônia, o assunto é polêmico, pois tenta transpor uma vantagem existente no regime jurídico dos servidores públicos para trabalhadores da iniciativa privada, sem considerar as especificidades das relações de trabalho regidas pela CLT.

— No serviço público, a contratação envolve concurso público e estabilidade maior, razão pela qual o adicional justifica-se como um fator de motivação ou estímulo para os servidores em atividade. Na iniciati-

va privada, os contratos são firmados com personalidade, as rescisões são mais fáceis e a continuidade não é tão intensa. Em suma, são universos contratuais diferentes e como tal devem ser tratados — afirmou.

Já Marluce Pinto disse que o projeto moderniza as relações de trabalho, pois abre caminho para melhorias salariais e incorporação de novas vantagens.

Foi aprovado também pela CAS parecer favorável a projeto de lei complementar, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), que cria uma reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. O projeto ainda deverá ser apreciado pelo plenário.

O relator do projeto de Marina, senador Moreira Mendes, deu parecer favorável na forma de um substitutivo. De acordo com o texto aprovado, os recursos do FPE serão distribuídos da seguinte forma: 84% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 14% para o Sul e o Sudeste e 2% para constituir reserva a ser distribuída aos estados que dispõem de terras indígenas e reservas ambientais, com base em uma tabela progressiva, de acordo com o tamanho dessas áreas em cada estado.

## Descarte de lixo de plásticos, pilhas e baterias tem norma

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece normas para o destino final de garrafas e outras embalagens plásticas. O projeto, aprovado por unanimidade, tem caráter terminativo na comissão.

O relator da matéria foi o senador Djalma Bessa (PFL-BA), que deu parecer favorável. Segundo o relator, “o projeto estabelece a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada de garrafas e outras embalagens plásticas para os produtores, distribuidores, importadores e comercializadores de bebidas de qualquer natureza, óleos combustíveis, lubrificantes e similares, cosméticos e produtos de higiene e limpeza”.

O projeto obriga os fornecedores desses produtos a estabelecer e manter procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após seu uso pelos consumidores. Essa regra vale, conforme o projeto, como condição para



Bezerra é autor do projeto sobre embalagens plásticas

a obtenção ou renovação de licença ambiental. Ainda segundo as regras do projeto, fica fixado um total de, no mínimo, 10% dos recursos financeiros utilizados em veiculação publicitária para serem destinados à divulgação de mensagens de educação ambiental, relacionadas com o aproveitamento e a reciclagem das embalagens plásticas.

Outro projeto sobre embalagens foi aprovado na mesma reunião pelos senadores da CAS, também em caráter terminativo. Trata-se do projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas. O relator da matéria, Luiz Pontes (PSDB-CE), deu parecer favorável na forma de substitutivo.

Conforme o substitutivo aprovado, os fabricantes e importadores de pilhas e baterias ficam obrigados a estabelecer mecanismos de disposição final, reciclagem, reprocessamento e armazenamento desses produtos após o uso pelos consumidores.



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou várias propostas em sua reunião de ontem

## Reunião conjunta discutirá a transposição do São Francisco

As formas de aproveitamento dos recursos do rio São Francisco serão debatidas em reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura. Requerimento neste sentido, das senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), foi aprovado ontem pela CAS. O tema principal da reunião, que deverá contar com a presença do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, será o projeto de transposição das águas do São Francisco.

A CAS aprovou também a realização de reunião conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados para discutir ações de prevenção às queimadas no próximo ano. A reunião contará com a presença do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. O requerimento foi apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC).

Na mesma reunião a CAS aprovou outro requerimento da senadora Heloísa Helena solicitando a realização de audiência pública para análise dos documentos que contêm as estratégias de assistência do BID e do Banco Mundial. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deverá estar presente.

A comissão aprovou ainda requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitando audiência pública para debater o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite a cobrança dos serviços prestados pelos hospitais universitários. Devem comparecer à audiência os ministros da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato Souza, e o ex-ministro da Saúde Adib Jatene.

A CAS realizará ainda duas outras audiências para tratar do funcionamento das cooperativas de trabalho, tema de projeto da Câmara dos Deputados em tramitação na comissão.

## Salário-maternidade é estendido às autônomas

O pagamento do salário-maternidade será estendido às trabalhadoras autônomas, conforme projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) aprovado ontem por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A relatora da matéria foi a senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES), que deu parecer favorável na forma de um substitutivo. De acordo com o substitutivo aprovado, o valor do benefício a ser pago às trabalhadoras autônomas deverá corresponder à média dos últimos 12 meses de salário-de-contribuição, que é a base para o pagamento da contribuição mensal dos empregados à Previdência Social.

O projeto exige também uma carência de 12 meses para que a trabalhadora autônoma possa receber o benefício, pago pela Previdência Social. A seguradora poderá requerer o salário-maternidade 90 dias após o parto.

Na mesma reunião, a CAS aprovou, por unanimidade, projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em caráter terminativo, que institui o programa de complementação alimentar às famílias carentes, intitulado Pró-Alimentar. O parecer favorável foi do relator Maguito Vilela (PMDB-GO), na forma de um substitutivo.

Pelo projeto, as famílias carentes, com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R\$ 68,00), poderão se habilitar para receber mensalmente uma cesta básica de alimentos. Crianças com idade entre seis meses e seis anos, gestantes e nutrízes que façam parte das famílias carentes também receberão uma cota diária de leite e pão.

Para que seja feita a distribuição desses alimentos, o projeto estabelece que a União poderá celebrar convênios para o gerenciamento do programa com estados, municípios e entidades filantrópicas.

## Estabilidade no emprego para aidéticos vai para CLT

Os portadores do vírus HIV não poderão ser despedidos senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovada. Essa regra, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi estabelecida em projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado em caráter terminativo, por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião realizada ontem. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja submetida ao plenário do Senado.

O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), disse que no Brasil há registro de 145 mil casos de pessoas infectadas pelo vírus da Aids. Segundo ele, estima-se que até o ano 2000 quase 5% da mão-de-obra esteja com o HIV.

Pelo projeto aprovado, o Poder Executivo deverá regulamentar a lei no prazo de 60 dias após sua publicação. Os senadores Paulo Hartung (PSDB-ES) e Heloísa Helena (PT-AL), vice-presidente da CAS, elogiaram a iniciativa de Lúcio Alcântara e o parecer de Tião Viana.

A CAS aprovou ainda, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto de lei que autoriza a criação do Conselho Federal dos Técnicos Industriais, bem como dos conselhos estaduais da categoria. A proposição, de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO) e que teve parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), dá autonomia a esses profissionais, que somam 600 mil em todo o país e são vinculados, atualmente, aos conselhos regionais e federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea).

## Aprovado voto de pesar pela morte do ex-senador Altevir Leal

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou ontem requerimento, para inserção em ata da sessão do Senado de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-senador Altevir Leal, ocorrido na terça-feira, em Brasília. O requerimento foi aprovado em plenário.

Nabor lembrou que o ex-senador tinha caráter franco e inteligência viva e em sua vida política jamais permitiu que a divergência se transformasse em confronto irracional. "Adversário para ele não era sinônimo de inimigo; a discussão de ideais não poderia ser um pretexto para inviabilizar o diálogo sensato, prudente e construtivo", ressaltou.

O requerimento também solicita o envio de condolências do Senado à viúva do ex-senador, dona Dulcídia,



Nabor Júnior recordou inteligência e caráter franco de Altevir Leal

e aos quatro filhos do casal. "Nessas homenagens singelas, o Senado estará documentando a gratidão e o reconhecimento devidos à memória de Altevir Leal", concluiu Nabor Júnior.

## Suassuna reclama da falta de assistência às vítimas da seca

A falta de assistência às vítimas da seca na região Nordeste foi motivo de protesto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) durante sessão do Congresso Nacional realizada na manhã de ontem. O parlamentar visitou recentemente a região do Cariri, uma das mais atingidas pela seca.



Ney Suassuna disse ter vergonha da falta de solidariedade com população de regiões mais pobres

— Senti vergonha de ver que não há solidariedade de uma nação para brasileiros que estão no último grau da condição humana — afirmou.

Segundo Suassuna, há meses não chegam à região "as já bastante pobres" cestas básicas. Em algumas cidades, a água só chega depois de percorrer mais de 100 quilômetros, trazida por escassos caminhões. Água esta que, segundo o senador, parece "vitamina de abacate", de tão suja e viscosa.

Suassuna informou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, aceitou seu convite para visitar a região, o que deve acontecer em duas semanas. Ele disse também que o presidente Fernando Henrique Cardoso concordou em percorrer os locais mais afetados, embora ainda não tenha marcado uma data.

O senador pediu que as autoridades responsáveis "se sensibilizem e agilizem a distribuição dos recursos", para que as cestas básicas cheguem ao local.

# Heloísa Helena contesta empréstimo feito pelo Brasil

Operação de US\$ 2,2 bilhões destinada a financiar programas sociais, disse a senadora, servirá para garantir reservas cambiais

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) contestou ontem os empréstimos feitos pelo governo brasileiro no âmbito do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final do ano passado. Heloísa disse que, em audiência pública realizada na terça-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, explicou que um empréstimo no valor de US\$ 2,2 bilhões está destinado ao financiamento de programas da Rede de Proteção Social, mas na verdade será utilizado para recuperar a credibilidade do Brasil no exterior e garantir as reservas cambiais. "O ministro, ontem, foi since-



Heloísa Helena classificou pedido de autorização para empréstimo como "propaganda enganosa"

ro", assinalou a senadora.

Heloísa Helena classificou como "pro-

paganda enganosa" a maneira como o pedido de autorização para o empréstimo foi apresentado aos parlamentares. Conforme a senadora, os recursos só seriam liberados se o governo cumprisse o próprio orçamento. A senadora criticou o que chamou de "síndrome de senzala" do governo brasileiro, que aceita determinadas condições em contratos desse tipo. Segundo ela, instituições internacionais como o FMI, Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) determinam que os dólares emprestados sejam "deixados em caixa para seduzir a voracidade do capital especulativo internacional e para pagar juros da dívida externa".

## Piva responde a críticas de Calheiros contra Covas

Em resposta a críticas feitas pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ao governador de São Paulo, Mário Covas, na terça-feira, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) lembrou ontem "a lição de que política não se faz com o fígado — o exercício da política se faz com a cabeça, com a razão", que segundo ele foi deixada pelo ex-deputado Ulysses Guimarães.

Ao afirmar que Mário Covas não precisa de defensores, Pedro Piva destacou "sua luta pela redemocratização, sua biografia inatacável, suas realizações como político e administrador, sua estatura de homem público. Quem fala por Covas é o seu passado, é o seu presente, é todo o imenso potencial que o credencia a assumir novas responsabilidades perante o país — e isto tudo o Brasil inteiro conhece de sobra".

Pedro Piva disse que, apesar de sua pujança, São Paulo sofre os problemas comuns ao país, como a pobreza, o desemprego, as questões sociais e econômicas, a herança de injustiças. O sena-

dor observou que são homens como Mário Covas que podem ajudar a reescrever essa história cruel.

A respeito da perda de uma montadora de automóveis que deixou São Paulo e se transferiu para o Nordeste, Pedro Piva considerou o episódio como indicador de que o país está no caminho da redução das desigualdades regionais, "única forma de Alagoas e outros estados mais pobres conquistarem sua autonomia econômica e financeira".

Ressaltando que o aplauso e as vaias constituem manifestações democráticas, Piva afirmou que o homem público responsável não pode pautar sua conduta pelo aplauso fácil, nem deve ter receio de enfrentar interesses poderosos apenas para buscar a popularidade.

— Para encerrar, gostaria de repetir aqui o que fez o ex-presidente Juscelino Kubitschek quando de seu último discurso da tribuna do Senado, ao saber que acabara de ser cassado. Ele



Pedro Piva destacou "biografia inatacável" do governador de São Paulo, Mário Covas

pediu desculpas à comunidade internacional por aquele momento infeliz do Brasil, cujo povo não tinha culpa por estar sendo governado por forças obscuras. Neste momento, penso que devemos pedir desculpas ao povo brasileiro pelos excessos que um bom companheiro comete, movido pela emoção, até compreensível, mas sem respaldo na verdade dos fatos — disse Pedro Piva.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Judô  
7h30 — *Especial Unip* — Câncer de próstata  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Antero Paes de Barros fala sobre projeto que obriga fabricantes de aparelhos de TV a instalar um chip para bloqueio de programas  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Debate* — O senador Mauro Miranda e o presidente da Fibra, Lourival Dantas, fazem uma análise do plano Avanço Brasil  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
14h — Comissão para Erradicar a Pobreza (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (gravada em 15.9.99)  
20h30 — *Entrevista* — Senador Antero Paes de Barros  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*

21h30 — *Debate* — Senador Mauro Miranda e o presidente da Fibra, Lourival Dantas  
22h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

## Silva Júnior quer incluir no PPA projeto que garante água a Campina Grande

O senador Silva Júnior (PMDB-PB) anunciou ontem que apresentará emenda ao Plano Plurianual (PPA), com o objetivo de garantir recursos federais para a construção de um canal partindo do açude Coremas/Mãe d'Água até o leito do rio Taperoá e, no ponto de chegada, o açude de Boqueirão — responsável pelo abastecimento de Campina Grande (PB).

A solução definitiva para a falta de água que já prejudica a economia de Campina Grande, conforme pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, viria da transposição das águas do rio São Francisco, afirmou o senador. Incluídas no PPA, "se as obras do São Francisco fossem

iniciadas hoje, no início do ano 2000 elas não seriam concluídas, e os 400 mil habitantes de Campina Grande já estariam sendo abastecidos por carros-pipa ou passando sede", disse.

A situação crítica do abastecimento de Campina Grande exige medidas emergenciais que o estado da Paraíba só tem condições de bancar com recursos federais, justificou Silva Júnior.

Pela pesquisa da FIEPB, 51% dos empresários afirmaram que a falta de água já afeta o faturamento das indústrias, "sendo que para 53% a queda do faturamento é superior a 26%. Das empresas em expansão, 50% estancarão os trabalhos até a solução dos problemas, 11% já iniciaram demissões em virtude



Silva Júnior aposta na transposição de águas do rio São Francisco como solução definitiva

do racionamento e 48% demitirão caso venha a faltar água", relatou Silva Júnior.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que a proposta de Silva Júnior é simples, garantindo o aproveitamento de águas disponíveis. Ele ressaltou que os recursos precisam ser liberados com urgência, pois Campina Grande é "uma das mais importantes cidades brasileiras", justificou.

# PPA não é bom para a região Nordeste, afirma Lúcio Alcântara

Senador diz que a proposta do governo concentra os investimentos no Sul e no Sudeste e cobra uma estratégia de desenvolvimento que tenha como meta o equilíbrio regional

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período 2000/2003, chamado também de Avanço, Brasil, não agradou aos nordestinos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) tornou ontem explícita a insatisfação, ao comparar as políticas adotadas pelos Estados Unidos e pela Comunidade Européia para diminuir as desigualdades regionais com a inexistência de uma política de desenvolvimento regional no Brasil. Segundo o senador, embora o Nordeste represente 29% da população, o PPA destina à região apenas 11% dos investimentos programados para os próximos quatro anos, "e o capital continuará concentrado no Sudeste e no Sul".

— Na inexistência de uma política de desenvolvimento regional, adota-se a prática, cada vez mais polêmica e



Segundo Alcântara, o Nordeste é contemplado com apenas 11% dos recursos previstos no PPA

desgastante, de conceder privilégios fiscais para que empresas se instalem neste ou naquele território. Esta é a política

de desenvolvimento regional operante. A ida da Ford para a Bahia foi o estopim da mais recente discussão nacional sobre este assunto. Mudar esse cenário só será possível a partir de uma estratégia verdadeiramente voltada ao equilíbrio do desenvolvimento no país. Esta foi, aliás, uma das falas do presidente Fernando Henrique Cardoso ao mudar parte de seu ministério — afirmou o senador.

Alcântara explicou que as políticas regionais norte-americanas — que teve início no governo Roosevelt — e européias servem como orientação para eliminar as periferias geográficas e políticas. "A política regional européia está baseada na melhoria da infra-estrutura de transporte e comunicação, na qualificação de mão-de-obra, na viabilização

de financiamentos e aspectos fiscais que pesam na decisão de uma empresa, ou seja, incentivos fiscais para áreas menos desenvolvidas", revelou o senador.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que as desigualdades regionais existem porque o governo federal não se empenha em desenvolver políticas efetivas para a solução do problema. O senador lembrou que o Orçamento destina R\$ 2.563 bilhões a sete estados da região Norte, enquanto apenas o estado de São Paulo poderá contar com R\$ 3.155 bilhões. "Com essa política de Robin Hood às avessas, onde o governo tira cada vez mais dos pobres para dar aos ricos, é inevitável que o Brasil nunca consiga eliminar suas desigualdades regionais", protestou Mozarildo.

## Paulo Souto elogia política para a área de saneamento

Por meio de duas de suas principais agências de fomento, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo está estruturando uma política de transição para a área de saneamento, disse ontem o senador Paulo Souto (PFL-BA), referindo-se à privatização do setor.

Para as unidades federadas que pretendem privatizar suas empresas de saneamento, acrescentou o senador, a CEF abriu linhas de financiamento para sanear as empresas e reali-



Paulo Souto: "política de transição"

zar obras de urgência. Recife, em racionamento permanente no fornecimento de água, será uma das primeiras capitais a ter acesso a essa linha de crédito, informou ele. O BNDES, por sua vez, adiantará recursos para os estados que privatizarem as companhias. O dinheiro poderá ser aplicado na capitalização de fundos de previdência e assegurar uma redução efetiva dos gastos dos estados com a folha de pessoal. Na opinião de Paulo Souto, essa política de transição retira o setor de saneamento do marasmo e evita "o que aconteceu com o setor elétrico, que não contou com uma política de transição".

### INFORMÁTICA

Em outro registro, Paulo Souto considerou que o governo federal está "previdente" com relação à renovação da política de incentivos para a indústria de informática. Para ele, os incentivos foram importantes para criar um parque nacional que efetuou avanços significativos nessa área de ponta, mas não atenderam a um princípio básico: "possibilitar que as indústrias se instalassem nas regiões subdesenvolvidas".

A maior parte dos incentivos, em torno de 70%, concedidos ao longo de cinco a seis anos, conforme o senador, foram concentrados na região Sudeste, pois o governo não procurou assegurar vantagens diferenciadas para que as indústrias se instalassem em outras regiões. A expectativa de Paulo Souto é que, tendo agora a oportunidade de promover um desenvolvimento mais harmônico, o governo proponha uma lei justa em relação à indústria de informática.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) convidou a bancada baiana a se associar à da Amazônia, que solicitou ao governo uma redução diferenciada de IPI, pois a isonomia tributária beneficia a região Sudeste, por suas vantagens de localização.

## Mozarildo pede retorno de benefícios para servidores de RR

Em apelo ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu o retorno dos benefícios dos servidores federais, oriundos do quadro do ex-território de Roraima, que foram subtraídos, em março, por determinação da secretária da Administração e do Patrimônio, Cláudia Costin.

Mozarildo explicou que, quando da passagem de território para estado, esses funcionários que trabalhavam nas companhias de saneamento e de eletricidade de Roraima passaram a receber uma gratificação com o objetivo de corrigir uma defasagem salarial que ocorreu por ocasião da transferência. Os servidores entendem que o ato da secretária é arbitrário por não haver nenhum dispositivo legal que possa ampará-lo.

Para Mozarildo, o procedimento do governo trouxe conseqüências desastrosas à categoria, "que perderam mais de 50% de seu poder aquisitivo". Ele informou que já esteve em audiência por duas vezes com Cláudia Costin, mas que até agora o caso não foi solucionado.



Mozarildo: corte nos salários atingiu 50%

## Aprovado pesar pela morte do coronel Cerqueira

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentaram requerimento solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, ocorrido no Rio de Janeiro.

Conforme o requerimento, aprovado na sessão de ontem, serão enviadas condolências do Senado à

família do militar, assassinado na última terça-feira.

Nazareth Cerqueira, em suas funções de comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, segundo Roberto Saturnino, conseguia compatibilizar suas convicções democráticas com a dureza natural das atividades policiais. "Homem honrado e de convivência afável, era policial exemplar e defensor da democracia", disse.



Roberto Saturnino destacou as convicções democráticas e a honradez do homenageado

## Sebastião Rocha solidariza-se com família

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu a rápida elucidação do assassinato do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. O senador manifestou sua solidariedade pessoal e a do PDT, partido do qual é líder no Senado, à família do ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro no governo Leonel Brizola.

— Este episódio é lamentável. A polícia certamente identificará o autor do disparo e informará à sociedade os motivos e as causas do crime. Os indícios apontam para a existência de um atentado, não de um assassinato comum — afirmou Sebastião Rocha.

O senador lembrou que o crime aconteceu justamente no momento em que o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que encontra-se nos Estados Unidos, havia anunciado sua decisão de



Sebastião Rocha não acredita que o coronel Nazareth Cerqueira tenha sido vítima de crime comum

unificar as polícias Militar e Civil do estado, para "combater o crime e a violência de uma forma mais eficaz no estado".

Sebastião Rocha acrescentou que quando Nazareth Cerqueira foi secretário da Polícia Militar, no go-

verno Brizola, atuou com veemência contra a violência no Rio de Janeiro, sobretudo no combate ao crime organizado.

### TIMOR LESTE

A decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) de enviar uma força de paz para atuar no Timor Leste também foi louvada pelo senador Sebastião Rocha como uma medida humanitária que livrará o país "da agonia atual, onde milhares de pessoas estão sendo mortas com crueldade".

Na opinião dele, essa iniciativa da ONU deve ser entendida como um verdadeiro esforço de paz. Ele defendeu que os países que integram a ONU devem permanecer constantemente atentos para evitar que alguns países tentem banir com violência de seu território algumas minorias étnicas.